

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
O OLHAR DA FAMÍLIA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Pâmela Carolina do Nascimento Martins**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

# **GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O OLHAR DA FAMÍLIA**

**por**

**Pâmela Carolina do Nascimento Martins**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

**Especialista em Gestão Educacional.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Fabiane Adela Tonetto Costas**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro Educação  
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
O OLHAR DA FAMÍLIA**

elaborada por  
**Pâmela Carolina do Nascimento Martins**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Fabiane Adela Tonetto Costas, Dra.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Clovis Guterres, Dr. (UFSM)**

---

**Cláudia Terra do Nascimento, Ms. (UFSM)**

---

**Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)**  
(Suplente)

Santa Maria, 21 de fevereiro de 2008.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir este trabalho agradeço:

Aos meus pais Isa e Luiz, pela força e pela credibilidade em mim depositada em um momento de superação de muitas dificuldades.

A minha irmã Caren, por todo apoio e cuidado a mim dedicados nos últimos meses.

Ao Bruno, por inspirar em mim vontade de viver sendo um exemplo de força, otimismo e amor.

Ao grande amigo de todas as horas e médico dedicado, Dr. Luiz Gustavo Guilhermano.

A minha grande amiga Caroline, pelo companheirismo, incentivo, carinho, enfim, pelo colo de todas as horas.

A colega Priscila, por toda a ajuda e por ter sido um anjo da guarda em um momento ruim.

A Ilda Brondani, pela amizade verdadeira e contribuição para esta pesquisa.

A colega Josiane, pela bondade e preocupação sempre.

Aos professores Clovis Guterres, Celso Ilgo e Leocadio pela compreensão e incentivo que possibilitaram a conclusão deste curso.

A amiga e professora Fabiane Adela Tonetto Costas, pela orientação competente, pelas trocas de conhecimento e por apostar que este momento chegaria.

Aos pais e gestores que participaram desta pesquisa.

Eu pedi...  
Pedi forças  
E Deus me deu dificuldades para me  
fazer forte;  
Pedi sabedoria  
E Deus me deu problemas para  
resolver;  
Pedi prosperidade  
E Deus me deu saúde para trabalhar;  
Pedi coragem  
E Deus me deu desafios para  
superar;  
Pedi amor  
E Deus me deu pessoas para ajudar;  
Pedi favores  
E Deus me deu oportunidades;  
Não recebi nada do que pedi  
Mas recebi tudo que precisava.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O OLHAR DA FAMÍLIA**

Autora: Pâmela Carolina do Nascimento Martins  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Fabiane Adela Tonetto Costas  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de fevereiro de 2008.

Este trabalho teve como objetivo analisar de que modo os familiares de crianças incluídas na rede regular de ensino, percebem a ação dos gestores em relação ao processo de inclusão. Para tanto, o estudo foi desenvolvido em três escolas: uma municipal, uma estadual e uma particular, sendo que os objetos de estudo foram os respectivos gestores e três pais de alunos incluídos. A pesquisa teve caráter qualitativo, do tipo estudo de caso. Os Instrumentos de coleta de dados foram: entrevistas, questionamentos e observações. Após a realização do estudo foi possível constatar que os professores ainda compreendem as funções de gerir e lecionar como duas coisas muito distintas, e, principalmente que os pais possuem uma imagem positiva em relação ao papel dos gestores no processo de inclusão de seus filhos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

**Palavras-chaves:** gestão, inclusão, família.

## **ABSTRACT**

Monograph of Specialization  
Specialization Course in Educational Management  
Federal University of Santa Maria

### **MANAGEMENT SCHOOL AND INCLUDED EDUCATION: THE LOOK OF THE FAMILY**

Author: Pâmela Carolina do Nascimento Martins  
Advisor: Prof. <sup>a</sup>. Dr. Fabiane Adela Tonetto Costas  
Date and Place of Defence: Santa Maria, february, 21<sup>th</sup>, 2008.

This study aimed to examine how the families of children included in the regular education, understand the action of al in relation to the process of inclusion. Therefore, the study was conducted in three schools: a county, a state and a private, and the objects of the study were principals and three parents of included students. The search had qualitative character, the type of case study. The instruments for data collection were: interviews, questions and comments. After the study was possible to verify that teachers still understand the functions of managing and teaching as two very different things, and especially that parents have a positive image in relation to the role of principals in the process for inclusion of their children with Special Needs Educational.

**Key words:** management, included, family.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 DELIMITAÇÃO INVESTIGATIVA</b> .....	12
<b>3 DELIMITAÇÃO CONCEITUAL</b> .....	13
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	25
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	29
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	50
<b>ANEXOS</b> .....	51
<b>Anexo A - Questionário respondido pelos pais</b> .....	52
<b>Anexo B - Questionário respondido pelos gestores</b> .....	54
<b>Anexo C - Consentimento Informado</b> .....	55

# 1 INTRODUÇÃO

Nós, seres humanos, somos forjados na interrelação entre a cultura a qual pertence nossa herança genética. Desde muito cedo, aprendemos a seguir regras e a incorporar valores que nos constituem como pertencentes a um determinado tempo histórico e social. Começamos a nos identificar mais com uns do que com outros e, principalmente, a expressarmos nossas preferências.

Ainda muito cedo já internalizamos características que irão compor a nossa personalidade. Essa identificação começa no primeiro e mais importante grupo de convivência, a família. Através da família faremos as primeiras e fundamentais trocas, sendo delineados, sob muitos aspectos, para a vida em sociedade onde introjetaremos preceitos básicos comportamentais, bem como conhecimentos necessários para que a convivência sociocultural se estabeleça.

A família é o grupo mais próximo, que, geralmente, dará suporte para o indivíduo atuar socialmente, pois além das interações comportamentais e cognitivas ela é responsável também pela primeira constituição emocional do indivíduo. Esse fato traduz igualmente a importância da família na vida de alguém. A disciplina, a imposição de limites, a ajuda, o apoio, a proteção, a atenção, o carinho, as regras básicas, as noções de mundo, os estímulos passados em casa, serão a base para que as crianças tornem-se jovens donos de seus atos e responsáveis pelas suas atividades pessoais e profissionais. O aluno, a família, a comunidade e a escola precisam estar em harmonia, fazendo com que a criança sinta-se acolhida e tenha equilíbrio, para que haja um desenvolvimento cognitivo pleno.

Penso que é fundamental contar com o apoio da família e da comunidade quando se trata de educação, pois é necessário que haja um diálogo entre as diversas instâncias que configuram o sujeito, possibilitando assim que o processo de constituição humana aconteça de forma plena.

Sabe-se que as práticas inclusivas e o próprio atendimento especializado, em geral, ainda são novidades, se formos levar em conta como eram tratados os "diferentes" em tempos não tão distantes. Estes, na maior parte das vezes, eram excluídos, abandonados, afastados da sociedade e até mortos. Pouco a pouco, porém, foi sendo humanizado e pedagogizado o tratamento às pessoas com

deficiências. Entretanto, posteriormente, é que se começou a pensar em educação para estes que eram segregados da convivência social.

Na atualidade, percebe-se uma revisão paradigmática que acena para a inclusão, enquanto política pública que vem garantir que crianças com necessidades educacionais especiais possam freqüentar o ensino regular.

Aliando à educação inclusiva com a parceria família-escola, chega-se o mais perto possível de um trabalho bem sucedido com o aluno com necessidades educacionais especiais.

Não há um único conceito que defina o Gestor Escolar, porém, essa figura ainda representa um papel importante nos estabelecimentos de ensino brasileiros, cuja ela são atribuídas: postura de liderança, comprometimento com a comunidade, dedicação a uma educação de qualidade, conhecimento sobre política, sociedade, cultura e administração, entre outros atributos necessários para que o professor seja gestor de sua equipe e representante dos interesses coletivos. Fala-se de uma prática organizacional democrática, que nada mais é do que uma forma de atuação onde todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem participem ativamente na construção e execução de propostas e tarefas. Mesmo que o “poder” ainda pareça centralizado no cargo dos diretos e vices, o processo de gestão democrática caracterizasse pela aprendizagem significativa por partes dos alunos que é almejada por todos os professores, a qual tem teórica (construção do PPP) e praticamente (docência) a intervenção de qualquer membro do corpo docente que se sinta apto a colaborar.

Assim, o interesse desta pesquisa baseia-se justamente neste ponto de encontro entra a ação do gestor escolar, a família dos alunos incluídos e o processo de inclusão em si.

A gestão educacional dos sistemas de ensino e de suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, matérias e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais. (LÜCK, 2006, p.26).

Outro aspecto importante é o fato ser da escola, também, o papel de desenvolver no aluno especial diversas habilidades básicas para realização de tarefas do cotidiano, promovendo assim uma maior independência e autonomia, o

que refletirá diretamente em casa; na relação com os mais próximos.

Nenhum aluno passa pela escola e leva consigo apenas conhecimentos lógico-matemáticos, artísticos ou lingüísticos. O convívio com as regras, com os outros, com as diferenças, e as trocas aluno-aluno; aluno-professor amadurecem as relações interpessoais e proporcionam um crescimento incapaz de ser medido por meio de notas ou conceitos. Este crescimento pessoal também acontece com a criança especial, que aprende no espaço da escola a aceitar o colega, aceitar e respeitar a si e a ter maior capacidade na tomada de decisões, já que neste período encontrasse longe dos pais e precisa cuidar-se sozinha. Nesse sentido a escola pode proporcionar uma melhora significativa na qualidade de vida do aluno com necessidades educacionais especiais e da sua família. Segundo Glat & Duque (2003 p.25).

Integração familiar é o ideal de toda a família, independentemente de um de seus membros ser considerado especial. Para que este conjunto de pessoas possa viver em harmonia respeitando as diferenças individuais e as regras coletivas é preciso de um esforço consciente de todos no sentido do aprimoramento e flexibilização das relações que se estabelecem.

Desse modo, justifica-se uma intervenção pedagógica voltada para uma prática inclusiva, não segregadora, e estimuladora das potencialidades, adaptada a limitações do aluno e principalmente atenta às questões familiares. Afinal, especial não é só aluno com déficit de aprendizagem ou deficiência, mas também aquele que apresenta necessidades educacionais pelos mais diversos motivos, estes podem ser decorrentes, da fragilidade emocional, dos distúrbios de comportamento, da desestruturação familiar e dos demais fatores que influenciam o rendimento do aluno no âmbito educacional (fatores esses que devem receber muita atenção de professores, gestores e demais responsáveis pelo aluno).

Considerando o exposto esta investigação objetivou analisar de que modo os familiares de crianças com necessidades especiais percebem a ação dos gestores escolares em relação ao processo de inclusão no contexto da escola comum.

E, partindo dessa constatação, buscou-se registrar de que forma acontece a participação da família no processo de inclusão junto aos gestores, bem como averiguar o trabalho dos gestores frente à Educação Inclusiva proposta em suas respectivas escolas.

Por fim, identificou-se qual a visão de três diferentes famílias, em três diferentes escolas, no que se refere à gestão da escola no processo de inclusão.

## **2 DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO**

A compreensão dos familiares de crianças com necessidades educacionais especiais em relação à ação do gestor escolar no processo de inclusão escolar.

### 3 DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

**Gestão Escolar:** Toda forma de gerir, administrar e/ou direcionar a própria prática pedagógica de forma autônoma assim como também contribuir com o trabalho em equipe. Estando em sala de aula ou na direção de uma instituição de ensino, o educador deve estar ciente do seu papel sócio-político no contexto escolar.

**Inclusão:** Pode ser entendida como a convivência com a diferença de maneira construtiva e harmoniosa no contexto social de modo amplo e escolar no sentido estrito. A Inclusão quando praticada na sua plenitude, possibilita não só a quebra do preconceito e de paradigmas antiquados, mas principalmente possibilita a melhoria da qualidade de vida destes alunos com deficiência em ações básicas do seu dia-a-dia.

**Família:** É o grupo mais próximo do indivíduo, com o qual ele estabelece as primeiras relações interpessoais, independentemente do grau de parentesco que possua com estas pessoas.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão de uma escola pode ser analisada por meio de duas atividades básicas: a racionalização do trabalho e coordenação do esforço humano coletivo. Estudando o assunto, Paro (1988) escreve que a racionalização do trabalho engloba as ações, processos e relações referentes à utilização racional dos recursos materiais e de conhecimentos. Por sua vez, a coordenação do esforço humano coletivo diz respeito à utilização racional das relações entre os profissionais da instituição. Para o autor, os dois tipos de recursos funcionam em mútua dependência, não podendo, na prática, ser separados. “Os elementos materiais e conceituais não cumprem sua função no processo se não estiverem associados ao esforço humano coletivo; da mesma forma, o esforço humano coletivo necessita dos elementos materiais e conceituais para ser aplicado racionalmente” (ibid).

Ainda segundo Paro, uma escola comprometida com a transformação social precisa lançar mão de princípios, métodos e técnicas adequados à especificidade dos seus objetivos e à especificidade do processo pedagógico escolar. Dessa forma, considerando a natureza dos fins buscados pela escola, são imprescindíveis os conhecimentos, as técnicas e instrumentos que assegurem a utilização racional de recursos materiais e conceituais, sempre avaliadas pela prática reflexiva, assim como a garantia de coordenação do esforço humano coletivo através da participação coletiva.

A utilização racional dos recursos coloca o problema da competência técnica no interior da escola. Parece não haver dúvidas de que, para um razoável desempenho do pessoal escolar, em especial do corpo docente, faz-se necessário o acúmulo de um conjunto de conhecimento, técnicas e habilidades em níveis e padrões que possibilitem o oferecimento de um ensino de boa qualidade a um número maior de alunos. Com igual razão, as pessoas envolvidas na administração da escola deverão exibir uma competência técnica que deve dizer respeito ao conhecimento da coisa administrada, ou seja, aos aspectos e técnicas relacionados à atividade administrativa.

A “coordenação” do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais deve ser fundamentada na participação democrática no

interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente da tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas na de grupos ou equipes representativos de todos.

Esse fato coloca novamente a importância do conhecimento e familiaridade que o educador deve ter, não apenas com os aspectos mais propriamente pedagógicos da escola, mas também com os métodos e técnicas administrativos mais adequados à promoção da racionalidade interna e externa da mesma.

Pensar nas políticas públicas no mundo atual significa dar conseqüência a uma ação dos sujeitos, e não a uma ação das instituições, que geralmente se direcionam para a sua própria perpetuação. A formação de professores passa por um momento de transformação radical. Uma saída dos modelos prévios para os seus redimensionamentos mais voltados para as necessidades de cada sujeito, de cada professor em sua singularidade, em seu contexto de trabalho. E, nesse caso, mais uma vez penso que um alerta é essencial: o de não deixarmos para trás os professores que não se encaixam em nossos esquemas, em nossas propostas de educação inclusiva. Pois, dessa maneira retornando às praticas excludentes que de longa data estamos criticando. (TOURAINÉ, 1981 apud MRECH, 2004, p. 47).

A consciência da sociedade está se abrindo aos poucos para estas mudanças e se atentando também ao fato de que todos somos diferentes e que isso é imutável. A prova disso está nas próprias mudanças constitucionais, que passaram a legalizar o acesso igualitário ao ensino de qualidade, contando com punição a qualquer tipo de discriminação.

Segundo dados da ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2001), cerca de 10% da população tem algum tipo de deficiência. Marginalizado pelo poder público, esse segmento de nossa sociedade viu a ascensão de seus direitos e seu reconhecimento como cidadão acontecer nas últimas três décadas.

O conhecimento é garantia universal de acesso ao saber, amplia a cultura e forma cidadãos. Nesse sentido, a Escola tem a função de atender as atuais exigências da sociedade, de construir um mundo melhor para todos, no qual seja valorizada e respeitada a diversidade humana, independente de cor, raça, condição social e gênero. Uma sociedade onde a experiência com o “diferente” colabore para formar pessoas tolerantes, responsáveis, solidárias e mais humanas.

Implantar e operacionalizar uma política Inclusiva é o atual desafio da educação brasileira. Desde 1988, a Constituição Brasileira assegura a todos

igualdade de oportunidades para o acesso e permanência nas Escolas de Ensino Fundamental, porém, esse princípio ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não com a deficiência.

No ano de 1994, ocorreu a divulgação mundial da Declaração de Salamanca e sua linha de atuação, este documento expressa que necessidades educacionais especiais “referem-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem” (1994, p.18). Todavia, observa-se sintonia entre os pressupostos da Declaração de Salamanca e as políticas públicas brasileiras como ocorre na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9.394/96.

A LDB de 1996 ampliou o processo de discussão e debate sobre a inclusão que ganhou reforços com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB nº 17/2001, p. 27/29) que prevê: “os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais nas classes comuns”.

Os dispositivos legais da sociedade brasileira explicitam sua opção política pela construção de uma sociedade para todos e orientam sua prática social para a construção de escolas inclusivas que oportunizem aos alunos não só seu acesso, mas a sua permanência com sucesso e qualidade.

Para que se tenham escolas realmente inclusivas, democráticas e de qualidade, é necessário apoio pedagógico às necessidades especiais dos alunos, organização escolar para contemplar a todos, de forma que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. A avaliação nesse contexto passa a ser entendida como um processo contínuo de análise às variáveis que influenciam e determinam a aprendizagem, como também, deve servir para a reflexão e ressignificação dos professores, orientadores escolares, coordenadores pedagógicos e equipe diretiva.

A construção de um processo inclusivo prevê a reorganização das funções e papéis de cada um dos sujeitos escolares. No entanto, a prática nas escolas, tem mostrado que, muitas vezes, não há esse comprometimento, principalmente por parte dos diretores escolares.

Nesse sentido, a gestão escolar e, conseqüentemente, a atuação e formação de seu diretor enfrentam transformações: precisam discutir e envolver-se com a diversidade do alunado. Além disso, devem ter consciência dos aspectos que envolvem a prática educativa; o diretor como articulador dessa prática precisa participar, criar espaços para a ação docente, desencadeando o processo de ação-reflexão-ação sobre os processos de construção do conhecimento, atuando junto com os professores no sentido de melhoria dos processos de aprendizagem, além de mediar as relações com a comunidade escolar e órgãos normativos, como, por exemplo, a Secretaria de Educação.

Construir uma gestão escolar para uma escola inclusiva significa valorizar a idéia de um Projeto Político Pedagógico de responsabilidade com a comunidade escolar, pensando na diversidade dos envolvidos na escola. Implica transformações no contexto educacional, mudanças de idéias, atitudes, novas formas de relacionamento sociais tanto no âmbito político, quanto no administrativo, e no didático-pedagógico.

A escola que possui alunos incluídos deve planejar-se para implementar as adequações necessárias para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais ao conhecimento. Para tanto, o diretor deve criar, diversificando as opções educativas e estabelecendo relações com a comunidade.

No Brasil, temos uma larga legislação que garante os direitos do cidadão com deficiência e que tem início em nossa Constituição Federal no ano de 1988. A partir da Carta Magna, temos, ainda, dentre outros instrumentos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a Lei de Organização da Assistência Social – LOAS (1989), a Lei nº 7.853/89, conhecida como a Lei da Corde, e regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, onze anos após a sanção da lei.

Quanto ao acesso a educação, destaca-se no estatuto da pessoa com deficiência (2004), no capítulo 2, o parágrafo único e o artigo 24 que dizem respectivamente:

Parágrafo único. O processo educativo deverá se dar exclusivamente em escolas especializadas quando a educação em escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do educando ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 24. O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação que lhe proporcione oportunidades de integração no mercado de trabalho.

Sendo assim, percebe-se que a consciência da sociedade está evoluindo em relação a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. A inclusão enquanto política pública nos mostra que algo está sendo feito juntamente à gestão das escolas inclusivas e às famílias, para que os mínimos direitos desta população sejam assegurados.

No contexto da educação brasileira, tem-se dedicado muita atenção sobre a gestão do ensino que, como um conceito novo, supera o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa. Assenta-se, portanto, sobre a mobilização dinâmica e em equipe do elemento humano, coletivamente organizado, enfocando-se em especial sua energia e competência como condições básicas e fundamentais da qualidade da educação e das ações realizadas nos sistemas de ensino, assim como, em última instância, da transformação do próprio significado da educação brasileira, dos sistemas de ensino e de suas escolas.

Tendo como pano de fundo as novas demandas que a escola enfrenta, e as quais a ela compete responder, são analisadas questões fundamentais e os novos desafios afetos à gestão educacional. Muitos desses desafios já se acham assimilados conceitualmente, ou pelo menos genericamente, pela comunidade educacional, por se constituírem em aspiração da sociedade, já absorvida na proposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, como é o caso da democratização da educação e seus desdobramentos. (LÜCK, 2006, p.28).

A discussão de novas idéias e a aspiração coletiva por mudanças positivas na área da educação estabelece uma análise política e prática relaciona às reformas, desta forma os envolvidos debatem questões importantes sobre a educação que se quer ter e a que se tem, onde estão em pauta diálogos atuais sobre Inclusão e Gestão Democrática.

Para falar sobre inclusão, faz-se necessário voltar no tempo e resgatar a sociedade que se teve, a que se tem e a que se quer ter. Falar sobre o diferente, sobre aquele que foge dos padrões aceitos, daquilo que não se quer ser e ter; é argumentar sobre algo que vai muito além de deficiência, cor, classe social, beleza,

religião e cultura. É buscar compreender porque o homem, ao longo de sua história, cultua o que julga ser "belo", "normal" e "útil" e esquece de respeitar as diferenças.

A partir de estudos que dizem respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais, a Educação Especial tem por objetivo, entre outros, apontar para a sociedade que se deve apostar na inclusão escolar dessas pessoas, já que ainda nos dias de hoje as pessoas com necessidades educacionais especiais são alvos de exclusão por aqueles que, sendo a maioria, os ditos "normais", ditam as regras, instituem o normal e o diferente, o certo e o errado, entre outros. Dessa forma, são excluídos todos aqueles cuja maioria julga "diferentes".

Após uma evolução de paradigmas educacionais, a sociedade ainda busca um ensino que responda às necessidades da vida hoje, na perspectiva de que a união das diversas áreas do conhecimento proporcione um melhor desenvolvimento humano.

O objetivo a alcançar é uma combinação, a mais elaborada possível, dos projetos profissionais e das motivações pessoais e culturais - o que impõe que se reconheça a pluralidade de funções da escola. Ela não tem somente uma função de instrução, tem também uma função de educação, que consiste ao mesmo tempo encorajar a diversidade cultural entre os alunos e favorecer as atividades através das quais se forma a sua personalidade individual. (TOURAINÉ apud MRECH, 2004, p.45).

Em se tratando de Educação Especial, é importante não só pensar em se trabalhar conteúdos para enriquecer a mente, mas também em melhorar a qualidade de vida, dentro das possibilidades dos alunos e da escola.

Todo o ser humano precisa de desafios para evoluir, o que consiste em desafios para alguns, pode não ser para outros; conseqüentemente surgem às trocas de experiência e se estabelecem as relações sociais. No âmbito escolar isto é muito perceptível, os alunos se unem em grupos ou por afinidade ou para suprirem dificuldades, buscando acrescentar com as características dos outros, algo para si.

Nesse sentido Stobàus & Mosquera (2004) afirmam que:

Na aprendizagem destacam a necessidade de tentar, de modo efetivo e eficaz, criar condições que possam ser capazes de que o aluno com necessidades educativas especiais melhore sua qualidade de vida, sem dúvida também levando em conta os seus colegas, seus professores e os profissionais que trabalham na escola e toda a sociedade, lembrando dos progressos na linguagem e controles comportamentais, incrementados especialmente na efetiva interação social. (p.196).

É perceptível que a deficiência nunca passa despercebida e provoca reações alheias variadas. A escola fica entre o deficiente e os outros; entre o papel de educar e protetor e entre também, a questão de incluir ou dar tratamento diferenciado. Esses conflitos podem fazer da escola um instrumento de preparação para inserção na vida em sociedade ou um obstáculo que prepara uns e outros de forma diferente, para ocuparem posições diferentes.

A Educação Especial passa por diversos obstáculos para que realmente ocorra de forma plena e eficiente, entre eles estão: adaptação de ensino, mudança de paradigma educacional, planejamentos, formação de turmas, currículo, enfim, reorganização geral das práticas escolares. Além disso, ainda se faz presente no cenário educacional o seguinte conflito: é o aluno que deve se adaptar ao conhecimento ou o conhecimento é que deve ser adaptado ao aluno?

Não há, todavia, como imputar à escola a responsabilidade pela atual dificuldade de se dar corpo de fato à educação inclusiva, uma vez que, como sujeitos sociais acima de tudo, os professores reagem segundo orientações que determina a razão de ser e os modos da educação formal. A solução para o problema da inclusão escolar não reside no atendimento das relações entre a escola e sociedade, tendo-se por parâmetro a infundada crença de que os professores sejam sujeitos às práticas de inclusão. Não é tampouco possível buscar soluções em fórmulas metodológicas que ofereçam certas condições mais adequadas para o ensino de tudo aquilo que se consagra necessário e recorrente na experiência curricular da educação formal sem que se leve conta o fato de que a materialidade sócio cultural e cognitiva dos sujeitos incluídos não necessariamente legitime alguma necessidade nos conteúdos formais do ensino. (SENNA, 2004, p.54).

Viver a inclusão é entender as diferenças, estamos passando por um momento onde as pessoas estão cada vez mais atentas a isso.

O percurso atual da educação inclusiva não pode desprezar o fato de que a situação dos incluídos nos sistemas de escolarização formal está diretamente vinculada ao processo de ruptura com os dogmas com que a cultura científica definiu para si e para a escola - o conceito de verdade. (SENNA, 2004, p.58).

O papel do Educador Especial como professor, muitas vezes, entra em conflito com o lado humano racional; tendo em vista que passamos grande parte da vida em um contexto escolar no qual a idéia que se tem do aluno é que este é um ser feito para aprender e se adaptar. Devido a isso, a frustração se faz presente em alguns profissionais da área, evidenciando-se quando o aluno não corresponde as

suas expectativas ou ainda quando o docente reflete sobre a sua prática e a julga insatisfatória.

A inclusão não atende apenas as crianças com deficiência, mas também as excluídas ou discriminadas. Quantas vezes na sala de aula, ao organizar trabalhos em grupo, a menina gordinha ou o garoto negro foram isolados pelos colegas? E na aula de Educação Física, quantos foram ignorados por não serem jogadores exímios? A discriminação não ocorre apenas entre os estudantes. Muitas vezes as avaliações servem mais para ver quem se encaixa nos padrões de aluno ideal do que para medir o progresso de cada um, dentro de suas possibilidades. Esse padrão só gera sofrimento, pois a criança tenta atender às experiências de uma escola que não valoriza o potencial. (CAVALCANTE, 2005, p.42).

Várias vezes o professor, a família e até a comunidade julgam a pessoa com deficiência e os seus atos, quando na verdade deveriam analisar a origem de tais comportamentos, já que a conduta de qualquer pessoa (não só do deficiente) denuncia os sentimentos gerados pela convivência no ambiente.

A extensão das acomodações que deverão ocorrer com a presença na família de uma pessoa com necessidades especiais, portanto, inclui desde transformações internas de caráter afetivo, temporal ou econômico, até as requisitadas por forças externas oriundas da sociedade mais ampla. Estas são geralmente engendradas na falta de oportunidades, nas atitudes preconceituosas e nos rótulos que o indivíduo, assim como os demais membros da família, está sujeito nas suas relações sociais mais amplas. (GLAT, 2003, p.23).

As pessoas com deficiência enfrentam, ao longo de sua trajetória estudantil, uma série de dificuldades de atendimento, quer seja em instituições públicas, como privadas, pela complexidade de necessidades especiais que apresentam, tendo em vista o seu aproveitamento educacional. Portanto, conhecer como as pessoas com deficiência avaliam o serviço, implica em dispor de um instrumento elaborado a partir da ótica destes. É a escuta de suas necessidades e expectativas, as quais devem ser realizadas na medida das possibilidades reais da formação escolhida.

Como educadores, devemos refletir durante toda a vida profissional sobre a nossa prática e trabalhar melhor os conceitos e as concepções que os outros professores manifestam. Assim, será possível promover práticas coerentes com as teorias que utilizamos e que nossos colegas utilizam, estabelece-se dessa forma, uma relação de trocas de experiências. Podemos também, em nossa prática, disponibilizar-nos a realizar trabalhos com equipes multi e interdisciplinares, contando com especialistas da área de saúde e psicologia e outros profissionais da

área médica, que tenham vínculo com a educação, pois desse modo o aluno com necessidades educacionais especiais terá a oportunidade de ser educado por um professor comprometido com a inclusão, que pensa nas possibilidades que possam ser implantadas para criar um ambiente inclusivo, e onde a escola se adapte para receber o aluno, não ao contrário.

A maioria da população de pessoas com deficiência traz um histórico de vida pessoal sofrida, é alvo de preconceitos e é estigmatizada nos diversos âmbitos da sociedade, entre eles, a educação. Desde os processos de habilitação e reabilitação até o atendimento educacional que possa corresponder ao mínimo de requisitos necessários à sua escolaridade diferenciada, muito teve de ser superado. (PEREIRA & NASCIMENTO, 2006, p.63).

Sendo assim um trabalho desenvolvido através de uma gestão democrática é muito válido por proporcionar ao professor tomar conhecimento das ações do gestor e vice-versa. Independente dos cargos que ocupam os profissionais. Há uma troca de informações e o processo de inclusão não se dá de forma arbitrária, pois todos opinam e colaboram. Com um único interesse, proporcionar à esta população um crescimento global por meio de uma educação de qualidade.

No sistema familiar há capacidade de proporcionar um ambiente seguro, equilibrado e ligado diretamente à habilidade dos seus membros, a fim de que consigam separar seus próprios conflitos relativos a realizações pessoais.

Ao analisar a família como um todo, valorizamos a globalidade do sistema, que difere do somatório das partes, mas que privilegia a reciprocidade, onde cada membro influencia e é influenciado pelo comportamento dos outros. Observa-se que o grupo familiar desloca-se através de seu ciclo vital segundo padrões relacionais que interferem diretamente na relação com a aprendizagem e nas expectativas que depositam nos membros mais novos.

À medida que funciona como sistema, a família supõe um movimento constante; quando este cessa e começa haver um padrão rígido com papéis e expectativas pré-determinados, a situação torna-se problemática. Em razão dessas e de outras situações, a importância familiar no âmbito educacional e na construção integral do ser humano é imprescindível.

Assim, para haver um bom desempenho e desenvolvimento escolar, a criança deve estar tranqüila e aberta ao aprendizado e viver em um ambiente familiar equilibrado. Segundo José & Coelho (1999, p.187): "a família é a primeira unidade

com a qual a criança tem (ou deveria ter) contato contínuo e é também o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização e problemas sociais".

Com isso, um desequilíbrio familiar pode ser o causador de grande parte dos distúrbios de comportamento, conjugados aos problemas de aprendizagem mais observados em salas de aula. Os problemas existentes no contexto familiar vão afetar direta ou indiretamente a criança, influenciando assim, o desempenho escolar. Glat (1989) diz que: "Independentemente da organização interna de cada família, consciente ou inconscientemente, os pais projetam nos filhos seus sonhos, expectativas e ideais e planos". No interior da vida familiar, as experiências são coletivas e os sucessos e fracassos por todos compartilhados.

Entende-se que a organização interna de uma família existe em um contexto histórico-social, onde o desenvolvimento da vida de cada componente é marcado pela influência de uns aos outros bem como de agentes sociais externos.

De acordo com esta idéia:

A herança genética está nos cromossomos. Mas desde o nascimento a criança absorve o modo de viver, o "como somos", da família. Assim, ela aprende naturalmente com as pessoas que a cercam, sem se interessar pelo vernáculo. E no futuro transmitirá tal aprendizado a seus filhos, perpetuando comportamentos através das gerações. (TIBA, 2002, p.29).

O respeito à criança lhe ensina que ela é amada não pelo que faz ou tem, mas pelo simples fato de existir. Sentindo-se amada, ela se sentirá segura para realizar seus desejos. Portanto, deixá-la tentar, errar sem ser julgada, ter seu próprio ritmo, descobrir coisas permite à criança perceber que consegue realizar algumas conquistas. Falhar não significa uma catástrofe afetiva. Assim, a criança vai desenvolvendo a auto-estima, grande responsável por seu crescimento interno, e fortalecendo-se para ser feliz, mesmo que tenha de enfrentar contrariedades. As crianças precisam sentir que pertencem a uma família.

Uma atitude adequada tomada em relação a um filho nem sempre é percebida na hora, e sim pelos resultados que, se observam ao longo do tempo. Educar dá trabalho, e os bons frutos, na grande maioria dos casos, são tardios, isso serve tanto para pais quanto para professores.

Não se obedece mais à ordem: primeiro o indivíduo, depois a família, por último a sociedade. Há uma mescla do ambiente familiar com o comunitário. Se ela prejudica ou não as novas gerações, é cedo para avaliar. Mas percebo que as crianças têm dificuldade de estabelecer limites claros entre a família e a escola, principalmente quando os próprios pais delegam à escola a educação dos filhos. (TIBA, 2002, p.180)

Se a parceria entre família e escola se formar desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucrar. A criança que estiver bem vai melhorar e aquela que tiver problemas receberá a ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-los. Sendo assim, a escola não assume uma função paternalista e apenas complementa a educação que deverá iniciar-se em casa. Por meio do diálogo estabelecido entre pais, gestores, comunidade e alunos deve se chegar o mais perto possível de uma educação eficaz com o objetivo em comum de todos os envolvidos: o crescimento humanizado de todas as crianças sem nenhuma distinção.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e consistiu num estudo de caso, cujos objetos foram os familiares de crianças que apresentam alguma necessidade educacional especial e que se encontram incluídas em três escolas das redes municipal, estadual e particular de ensino da cidade de Santa Maria. Como houve certa dificuldade em entrevistar conjuntamente o pai e a mãe de cada criança, optou-se por conversar com um deles.

Entrevistas com familiares e gestores constituíram instrumentos fundamentais para coleta de dados aliada a estudo aprofundado de bibliografia referente ao tema em questão, assim como se pretendia uma análise detalhada dos três Projetos Políticos Pedagógicos, fundamentada, fato que não aconteceu devido a não concordância das escolas.

Juntamente à entrevista, observações foram feitas, pois observar consiste em um dos instrumentos indispensáveis na coleta de dados e transcorre normalmente, num encontro de duas ou mais pessoas, onde uma tem o objetivo de obter informações de um determinado assunto. Um diário de campo também foi válido para esta pesquisa, pois permitiu que os fatos e conversas ocorridos fossem registrados com detalhes.

Segundo Triviños (1987 p.110) “Estudos como estes tem por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade”.

Ressalta-se que primeiramente as entrevistas seriam aplicadas pela pesquisadora nas próprias escolas em questão, todas de forma reservada e individual, porém, por opção dos pais isso não ocorreu. A primeira entrevista aconteceu no ambiente de trabalho de um pai, enquanto as outras mães optaram por responder ao questionário em casa. Segundo Lüdke & André (1986 p.34), “...na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, ou ainda, “... a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado.”

Devido a não autorização por parte das escolas, os dados levantados não puderam ser registrados com a utilização do gravador. Permaneceram entrevistas informais e questionários destinados aos pais contendo 17 questões e destinados

aos gestores contendo três questões, estes serão transcritos e, por fim, analisados com base no referencial teórico construído.

### **O caminho percorrido e os espaços investigativos**

Inicialmente foi realizado o contato com uma instituição de ensino municipal, uma estadual e outra particular, com o propósito de verificar a possibilidade de realização da pesquisa, bem como os procedimentos a serem tomados para a sua execução. Em seguida, foram contatados os pais, com o objetivo de averiguar sua disponibilidade e aceitação deste propósito. Logo após, deram-se as entrevistas semi-estruturadas e direcionadas aos pais e aos gestores das respectivas escolas.

Dessa forma, a análise de dados dar-se-á pela análise das respostas dos pais, dando início pela mãe A (Escola Municipal/aluno L/16 anos/EJA); logo o pai B (Escola Estadual/aluno M/12 anos/3ª série ensino fundamental), e a mãe C (Escola Particular/aluno V/12 anos/4ª série ensino fundamental).

### **Familiares e gestores: os atores desta pesquisa**

Para que se possa conhecer melhor a realidade de cada um dos instrumentos da pesquisa, será feito um breve comentário de cada um, identificando-os especificamente, assim como, para preservar a identidade dos envolvidos nesta pesquisa, atribui-lhes letras para fazer a devida referência.

A letra “A” será designada para nomear a mãe do aluno que chamarei de “L”, que tem 16 anos e está incluído na EJA da Escola Municipal que também será chamada de “A”. Os gestores da escola “A” receberam a mesma letra da escola, porém, como responderam o questionário coordenador pedagógico e orientador educacional, serão chamados de “A1” e “A2”. Esta mãe foi a primeira a responder o questionário de 17 perguntas abordando os assuntos Inclusão e Gestão. Ela preferiu levar o questionário para responder em casa e após 10 dias “segundo relato das professoras”, retornou à escola com o questionário quase todo em branco, pedindo ajuda da educadora especial para respondê-lo. A coordenadora pedagógica juntamente com a orientadora educacional, acharam-se aptas para responder o

questionário destinado aos gestores (o qual tem 3 questões), pois afirmaram terem participado ativamente da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e disseram ter maior contato com a mãe do aluno “L”.

A mãe “A” é dona de casa, demonstrou pouco conhecimento sobre o assunto Inclusão, se declarou pouco instruída para responder o questionário e desviou o propósito da entrevista, falando durante todo o tempo da difícil relação que tem com o filho alegando que este ao entrar na adolescência ficou “revoltado”. Quando eu retornava às perguntas do questionário ela insistia que seria melhor lê-lo em casa para que pudesse pensar com calma. Pude observar o aluno em dois momentos, no pátio com os colegas e em sala de aula. O menino é diagnosticado como tendo problemas neurológicos decorrentes do parto. Na escola “A” fui muito bem recebida e todos demonstraram boa vontade em colaborar com a pesquisa, no entanto, obtive um breve acesso ao PPP, não pude gravar a entrevista e apenas olhei os pareceres do aluno, sem que pudesse anexá-los ao trabalho. Conversei com a mãe a sós em uma sala e deixei o questionário para que os gestores respondessem em outro momento.

Resumindo, mãe A – mãe do aluno L, de 16 anos, que frequenta o EJA, na Escola Municipal, denominada A, cuja deficiência é paralisia cerebral (PC) originado de um trauma de parto e problemas neurológicos, como define a mãe. Vale lembrar que esta mãe foi ajudada pela educadora especial da escola no que se refere ao preenchimento do questionário de dezessete questões. É importante lembrar, ainda, que a mesma declarou, durante a entrevista, sentir-se “aliviada” quando o filho está na escola. Trata-se de uma dona de casa com pouco conhecimento sobre o diagnóstico do filho, mas que durante sua participação no trabalho mostrou-se colaborativa e disposta a ajudar.

O segundo entrevistado foi um pai que chamarei de “B”, pai do aluno “M” que tem 12 anos e estuda na Escola Estadual que recebera a letra “B”, cursa a terceira série do ensino fundamental e tem Síndrome de Down. Este pai é bombeiro, me recebeu no corpo de bombeiros e demonstrou ter bastante conhecimento sobre Síndrome de Down, porém disse entender pouco sobre Inclusão. Na escola “B” pude observar o aluno “M” em sala de aula por uma tarde, e em uma festa junina. Não tive acesso ao PPP, mas fui muito bem recebida pelos gestores, os quais demonstraram interesse sobre o meu trabalho e boa vontade em responder o questionário a eles

elaborado. Também não foi possível gravar a entrevista nesta escola. O pai “B” preferiu ditar-me as suas respostas, alegando que seu português é limitado.

Em síntese, pai B – pai do aluno M, de 12 anos, que cursa a 3ª série do ensino fundamental, na Escola Estadual aqui denominada B. Este aluno tem Síndrome de Down. Seu pai é bombeiro, diz não ter muito conhecimento sobre o tema inclusão e não procurou saber sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Ressalta-se que este pai, ao responder o questionário, preferiu não escrever, ditando assim às respostas.

Na Escola Particular que chamarei de “C” conversei com a orientadora educacional, a qual me falou sobre o caso do aluno “V”, cuja necessidade especial decorre de uma PC<sup>1</sup> que o fez tetraplégico, associada à Síndrome de West e Gastaut. Através da mesma, soube que a mãe do menino que é psicóloga participa ativamente da vida escolar do filho e que estaria disposta a colaborar com o meu trabalho. O contato com esta mãe que chamarei de “C” se deu todo tempo com a mediação da escola que passou a ela o questionário que foi respondido em casa. Sete dias após obtive o retorno, porém não pude conversar pessoalmente com a mãe “C”. A própria orientadora educacional (que ajudou a elaborar o PPP da escola), mostrou-se disposta a responder ao segundo questionário destinado aos gestores. Quanto ao aluno, apenas o vi de longe chegando na escola, pois não foi permitido por parte da mãe, outro tipo de contato.

Por fim, mãe C – mãe do aluno V, também de 12 anos, que esta freqüentando a 4ª série do ensino fundamental, em uma escola particular, então denominada C. Este aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, bem como motoras. Esta mãe respondeu ao questionário em sua residência, logo o devolveu a escola, para que esta liberasse o instrumento para que fosse possível realizar uma pesquisa de campo, norteadas por este tema, de forma responsável e comprometida.

---

<sup>1</sup> Paralisia Cerebral

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

O assunto inclusão no ensino regular, é de extrema relevância levando-se em consideração o papel primordial desenvolvido pelo educador especial. Dessa forma, a averiguação detalhada de como os familiares da criança com necessidades especiais percebem a gestão da escola como um todo, torna-se um fator relevante para o efetivo crescimento deste aluno.

Entende-se que não basta acolher o aluno com necessidades especiais, é preciso garantir seu avanço e aprendizagem.

Na busca de conhecer a verdadeira realidade das escolas das redes de ensino municipal, estadual e particular de Santa Maria, sentiu-se a necessidade de realizar um estudo que abrangesse, de modo comparativo, de que forma diferentes famílias estão visualizando a ação dos gestores educacionais diante do processo inclusivo.

A partir da década de noventa, educadores de todo o país vêm se empenhando para que o contexto escolar inclua crianças e jovens com deficiência. Entende-se, hoje, que não basta apenas acolher e promover a interação social faz-se relevante educar, no seu sentido mais real, ensinar, como prevê a própria legislação desde 1988. Assim, compreende-se que oferecer uma educação de qualidade consiste em estabelecer alguns parâmetros e significações, tanto no âmbito físico, quanto no emocional.

Assim, faz-se necessário compreender o entendimento do termo inclusão no contexto família escola. É preciso repensar o sentido que se dá a esse termo envolvendo simultaneamente o contexto educacional em que se está inserido, já que além de dualizar nossas concepções e ressignificar o processo de formação, pelo qual passa todo e qualquer indivíduo, estabelece-se uma compreensão a respeito da complexidade e abrangência que norteia esta temática.

A família possui papel fundamental no sentido de buscar o conhecimento necessário sobre inclusão, proporcionando, assim, ao seu filho, uma melhor qualidade de vida, em um ambiente escolar preparado para melhor atender às suas necessidades.

Desse modo, a partir das respostas advindas dos familiares e gestores chegou-se as seguintes categorias de análise: Os pais e sua relação ainda distante com a gestão educacional; Pais e gestores: uma parceria importante em prol da educação inclusiva; Os gestores, inclusão e família: um comprometimento necessário; Pais e filhos: uma relação por si só especial.

### **Os pais e sua relação ainda distante com a gestão educacional**

Observou-se que a mãe A, quando questionada a respeito dos principais fatores que a levaram a matricular seu filho na escola denominada A, respondeu que esta foi indicada como uma ótima escola e que o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de a mesma possuir classe especial.

Esta resposta é de suma importância, pois reflete o fato da mãe não ter pensado, em nenhum momento, sobre inclusão. Pode-se levantar a hipótese, aqui, de que ela mesma talvez não acredite na possibilidade de seu filho ser capaz de interiorizar saberes e progredir em uma classe de ensino comum.

Já o pai B, disse que o fator maior que o fez procurar a escola, foi o fato da instituição estar localizada próximo a sua residência, assim como já ter conhecimento prévio da qualidade de ensino oferecida por ela.

Enquanto a mãe C destacou, além das boas informações obtidas sobre a escola, a estrutura física bastante ampla, com jardim, horta, animais e pracinhas.

Isto evidencia que em todas as respostas não se observou, como fator primordial, a preocupação de escolher uma escola que apresentasse em seu PPP qualquer item que fizesse referência à educação inclusiva. A motivação dos familiares estava mais fortemente vinculada à pretensa qualidade divulgada. Em nenhum momento houve menção em buscar uma escola realmente empenhada em atender os alunos com alguma necessidade especial.

Segundo GLAT e DUQUE (2203, p24) pode-se dizer que:

Sem sombra de dúvida, a influência familiar é fator determinante na facilitação ou impedimento do processo de integração do indivíduo com necessidades especiais. Pois, como visto, é através do relacionamento familiar que ele desenvolve seus valores, sua percepção do mundo e a construção de sua identidade. Em outras palavras, o nível de integração social que uma pessoa com necessidades especiais pode vir a desenvolver, dependerá em grande parte da disponibilidade da sua família de permitir-lhe participar e usufruir os recursos oferecidos por sua comunidade.

Percebe-se o quanto é imprescindível que a família conheça em detalhes os procedimentos adotados pela escola e, por conseqüência, pela sociedade, uma vez que a responsabilidade primeira de inserção escolar e social ainda recai sobre ela. Entende-se, conforme os autores citados anteriormente, que todo e qualquer resultado que se venha a ter dependerá, também, da responsabilidade e do interesse da família.

Daí a importância de conhecer um pouco mais sobre o tema inclusão, que por vezes passa despercebido. Sobre esse tema, FERREIRA e GLOOT, abordam que:

A inclusão é hoje fator determinante de políticos educacionais no nível federal, estadual e municipal, sendo amparado e fomentado amplamente pela legislação em vigor... da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências “preferencialmente na rede regular de ensino”. (2003, P.24)

Sendo assim, a implementação da inclusão voltada para as redes de ensino como um todo, proporcionou um repensar educativo diário que trouxe somente benefícios a todos aqueles que dela fazem parte, possibilitando que os educadores reformulassem suas práticas, oferecendo alternativas para as crianças com deficiência. Essas atitudes foram ao encontro das expectativas mencionadas pelas famílias que, quando detêm o conhecimento sobre o assunto, conseguem encaminhar, de forma adequada, seus filhos.

Em se tratando de inclusão: “condeno quem esconde as crianças, acho que os deficientes têm plenas condições de aprender junto com outras crianças” (pai B).

Ainda, sobre inclusão, a mãe A respondeu:

É uma prática educativa que visa trabalhar igualitariamente com a criança portadora de alguma necessidade especial. Busca socializar o indivíduo e superar o preconceito.

É possível observar na resposta em questão que a mãe obteve ajuda da educadora especial, o qual tentou brevemente resumir o seu entendimento sobre o enfoque aqui abordado, inclusão.

A mãe “C” define inclusão escolar como:

...o processo relacionado ao ingresso do portador de necessidades especiais no ensino regular. A escola deve, portanto adaptar-se às demandas dos alunos com necessidades especiais, flexibilizando sua proposta curricular, pedagógico e também de avaliação. Além disso deve também dispor de uma estrutura arquitetônica adequada ao aluno com necessidade especial matriculado.

Na visão de PARO (1988), uma escola que está comprometida com a transformação social, precisa lançar mão de princípios, metas e técnicas adequadas às especificidades e a especificidade do processo pedagógico escolar. O autor considera imprescindível os conhecimentos, as técnicas e os instrumentos que asseguram a utilização racional de recursos materiais e conceituais.

Através dessa situação, percebe-se que a mãe “C” possui um grande conhecimento sobre as necessidades básicas e necessárias que uma escola deve ter para receber, no ensino regular, uma pessoa com necessidades especiais. Além disso, esta mãe aborda dois fatores que são indispensáveis para o bom rendimento de uma instituição, que recebe este aluno: a proposta curricular pedagógica bem como a avaliação.

Para MITTLER (2003):

Os profissionais precisam aprender a olhar além da criança e enxergar o contexto familiar no qual ela está vivendo. Se as famílias concordarem, os profissionais poderão visitar a criança em casa e poderão aprender a vê-la no ambiente familiar normal. Além disso, podem precisar adaptar as próprias práticas de trabalho por conhecerem os pais, as irmãs e os irmãos e os outros membros da casa, tais como os avós. Somente assim é que eles podem começar a explorar as possíveis opções para a natureza e para a extensão de colaboração que será estabelecida e a aprender a negociar com as famílias quais são os tipos de demandas e rotinas que são e que não são realistas no contexto de cada família. (P. 217)

Assim, pode-se dizer que a escola só poderá assumir atitudes pedagógicas concretas a partir do momento que obtiver um conhecimento mais amplo da realidade vivenciada pelo aluno, seu modo de vida, seu convívio familiar e social. É preciso que haja uma integração entre escola, família e sociedade, pois como disse, anteriormente, MITTLER (2003) a escola só poderá desenvolver seu papel de maneira eficaz se a interação entre os grupos envolvidos ocorrer de forma permanente e responsável.

Um fator determinante que deve ser visto com cuidado relaciona-se ao fato de que as famílias dos alunos, antes de realizarem a matrícula de seus filhos, em determinada instituição, devem conhecer o ambiente como um todo, voltando também suas atenções para o Projeto Político Pedagógico da Escola.

O que pode ser percebido quando a mãe “B”, da escola municipal, juntamente com a educadora especial, responde, ao seu questionário sobre o fato de ter ou não conhecimento do PPP da escola: “Toda a proposta foi explicada. Tendo destaque a parte da inclusão”. A resposta mostra que os gestores colocaram em pauta o PPP no momento da matrícula, deixando claros os objetivos e o comprometimento da escola com o processo educacional.

Por outro lado o pai “B”, da escola estadual, demonstrou na sua resposta, que a escola não está tecnicamente preparada para receber um aluno incluído.

Não nos falaram sobre isso. Falaram apenas sobre uma lei que obrigava a escola a receber o aluno, mas eles não têm Educador Especial, não sabiam muito como iriam “lidar com ele”.

Partindo dessa declaração, pode-se dizer que além da escola não ter ainda uma idéia formada sobre o assunto, buscando incluí-lo nas suas normas regimentais, o pai, por sua vez, não demonstra ter conhecimento do quanto isso é primordial para o exercício diário das ações de uma escola.

Com base na resposta da mãe C, que diz “não, não solicitei”, é possível inferir o quanto esse assunto, ainda necessita ser abordado, ou melhor, discutido amplamente em seus contextos singulares, com o propósito de evitar tais afirmações. A família precisa conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola e, principalmente, observar o que nele consta sobre a prática inclusiva, pois somente assim dessa forma os pais poderão garantir uma educação justa e igualitária a seu filho.

Para MOSQUERA e STOBÄUS (2004, p. 29):

As escolas não foram concebidas para atender à diversidade dos alunos e tem uma estrutura rígida e seletiva, no que diz respeito à aceitação e à permanência de alunos que não preenchem as expectativas acadêmicas clássicas, centradas na instrução e na reprodução de conteúdos curriculares. A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças em propostas educacionais de maioria das escolas e em organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretor, pais, alunos, e todos os interessados em Educação, na comunidade em que a escola se insere.

Nesse sentido, cada vez mais se torna necessário estabelecer outros parâmetros para visualizar as necessidades das escolas, assim como buscar alternativas para os imprevistos de aproveitamento escolar, por parte dos alunos e, de preparação profissional, em se tratando dos educadores. Isso tudo nos dá a idéia de que é preciso estabelecer limites entre o ensino comum e especial. Para tanto, torna-se relevante redefinir valores e opiniões entre os profissionais envolvidos, que precisam ter discernimento entre uma cultura meritocrática e a prática inclusiva em escolas.

Por isso, entende-se que o papel do educador especial é de suma importância. Ele possibilita ao educando oportunidades únicas, que só podem efetivar-se quando a idéia de prática inclusiva é coletiva.

Perguntou-se aos pais sobre os aspectos positivos e negativos da prática inclusiva realizada pela escola. Foi possível perceber que algumas escolas ainda estão no início do processo de crescimento e amadurecimento nesse assunto, buscando caminhos que promovam alternativas para melhor atender a demanda.

A entrevistada "A" acredita que a prática inclusiva da escola já proporcionou um crescimento ao aluno apesar de, no início, logo que passou da classe especial para a turma regular, o próprio aluno ter se sentido inferiorizado. Esta questão de auto-estima é complexa, tendo em vista que hoje o aluno "L" já está com 16 anos e cursa o EJA. O preconceito, muitas vezes, está no próprio indivíduo, o que possibilita pensar nos dois lados da inclusão.

Por outro ângulo, podemos pensar na educação inclusiva como uma forma de socialização, que proporciona à pessoa com necessidades especiais, crescimento pessoal e cognitivo por meio da convivência. Entretanto, fatores ainda muito presentes como o preconceito com a diferença e, até mesmo, o preconceito consigo mesmo são capazes de gerar sentimentos de distinção, inferiorização, isolamento ou autopiedade por situações onde se confrontam na prática conceitos de normalidade.

Para o pai “B” “o lado bom é que meu filho está convivendo com as crianças normais e que aprende com elas, e o lado ruim é que a professora não pode dar a atenção que ela necessita. Às vezes ele se isola e pede para não ir mais à escola”. Observa-se, nesse caso, que o pai acredita na prática inclusiva, uma vez que ela possibilita o convívio da criança com necessidade especial com outras crianças que não possuem tais características. Contudo, ressalta, que o educador do ensino comum, pelo fato de lidar com crianças de diferentes especificidades, não destina a atenção necessária ao aluno especial. Isso faz com que o mesmo sintam-se isolado e desestimulado.

Sobre isso, SASSAKI (2002, p. 47) diz:

Pelo modo social da deficiência, os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhe incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais em virtude de: [...] suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade, seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

É possível observar o quanto à família de um aluno incluído fica satisfeita em saber que seu filho está tendo oportunidade de interagir socialmente, através da escola, dos amigos, dos colegas, dos professores e por todos aqueles que, de alguma forma, se envolvem nesse processo. No entanto, os pais ainda sentem muito a questão do preconceito e da exclusão com relação a seus filhos. A sociedade ainda, de maneira acentuada, discrimina as crianças e os adolescentes com necessidades especiais.

Na atualidade, esse aspecto está sendo discutido em condições significativas, tendo em vista que o apto da obrigatoriedade, por parte da escola, em aceitar este tipo de aluno fez com que ela buscasse conhecer mais sobre o assunto e tentar adaptar-se, da melhor maneira, a ele.

Faz sete (7) anos que meu filho está na escola, e aos poucos o processo inclusivo foi se efetivando. Atualmente o trabalho realizado é de inclusão, a escola adaptou-se às demandas do meu filho e tem estado disponível para cada nova necessidade que surge. (mãe C).

Desse modo, foi possível perceber que a escola, mesmo não estando programada para esta mudança, está fazendo o possível para que as adaptações necessárias sejam realizadas, o que se confirma pelo depoimento da mãe “C”, pois ela ressalta o interesse da escola em buscar alternativas para resolver as necessidades apresentadas.

MOSQUERA e STOBÄUS (2004, p. 40), confirmam:

A garantia do direito de educação em escolas que não excluem pessoas sob nenhum pretexto é um sinal de desenvolvimento comunitário e de elevação de seus valores e atitudes, princípios e ideais.

Partindo desse princípio, perguntou-se aos pais entrevistados como eles percebem o trabalho realizado com seus filhos pela escola. “Muito bom. Todos o apoiaram para que ele não desista de estudar. Os colegas gostam dele.” A resposta positiva demonstra a aceitação dos colegas em relação ao aluno “L”, o que é fundamental quando se pensa em inclusão. Como aborda MOSQUERA e STOBÄUS (2004, p. 49):

Para uma criança com necessidades invulgares, para estar verdadeiramente incluída numa escola, ela deve ser considerada mais nas suas necessidades do que nas suas deficiências ou disfunções. Como membro de pleno direito da comunidade escolar, ela deve participar efetivamente na vida total da escola favorecendo sua inclusão psicossomática plena.

Conclui-se que a inclusão assume um papel bastante amplo, que faz diferença ao aluno quando efetivada, já que ele se torna membro integrante no seu sentido mais próprio, ou seja, realmente um sujeito aprendente. Para isso, é preciso destacar a necessidade de a escola ter, em seu quadro funcional, um educador especial. O pai “B”, por exemplo, afirma que a escola está realizando um ótimo trabalho com seu filho, contudo, destaca a falta de um professor especializado, “por isso mandaram o “M” para a escola “X”, nos primeiros anos”. Esta escola citada pelo pai possuía um atendimento específico às necessidades do menino.

Entende-se que se torna bem desconfortante o fato de ter que alterar o ambiente escolar em que o aluno está inserido, mas, também se faz necessário buscar uma educação apropriada, mais completa possível, visando uma melhor adaptação do aluno incluído com o meio. MOSQUERA e STOBÄUS (2004, p. 204) destacam que:

Na área da Educação de professores, que deve ser continuada e atualizada, levar em conta novas concepções paradigmáticas e linhas de investigação sobre Educação Especial e Ensino Inclusivo, contextualizando-a, com o respectivo aprofundamento em estudos sobre multidiversidade, especialmente no que diz respeito às diferenças e à necessária aproximação com profissionais de outras áreas.

Assim, a presença de um educador especial torna-se indispensável, pois ele proporcionara ao aluno e sua família uma educação voltada as características próprias de cada aluno.

### **Pais e gestores: uma parceria importante em prol da educação inclusiva**

Também é de fundamental importância o papel dos gestores de escola, pois dependerá da compreensão deles sobre inclusão, o envolvimento e, conseqüentemente, o aprimoramento do trabalho realizado.

Os pais, quando questionados sobre a relação dos gestores da escola, no que se refere ao processo de inclusão deixaram claro que em ambas as escolas os gestores estão envolvidos nesse processo.

Bem participativo. As diretoras estão sempre dispostas a ajudar e saber tudo que acontece em sala de aula. Elas que recebem as famílias e já estão a seis anos na direção. (mãe "A")

A diretora juntamente com a professora, sempre se mostra ciente da situação do "M". Ela "quer muito ele bem". Trabalha junto com a professora. (pai "B")

Enquanto, a mãe "C" disse: "totalmente envolvidos e dispostos". Levando em consideração estas respostas, evidencia-se a boa aceitação dos pais e professores aos gestores. O fato dos diretores participarem ativamente na vida escolar dos alunos foi ressaltado durante todas as entrevistas.

Porém, faz-se mister enfatizar mais uma vez a importância do educador especial, objetivando assim a segurança tanto dos pais, quanto do aluno, no sentido de que não haja dúvidas com relação ao comprometimento e a qualidade do trabalho desenvolvido. Embora, as escolas mostrem-se comprometidas na realização de um trabalho unitário que envolve toda a comunidade escolar, os pais

entrevistados demonstram ansiedade quanto à necessidade deste profissional. Como diz o pai “B”:

Eles conheciam a situação do “M”, mas no início encaminhavam ele para a Escola Olavo Bilac. Depois de passar pela classe especial lá, ele voltou para cursar o pré. Os gestores parecem trabalhar junto com os professores, mesmo não estando em sala de aula sempre junto. Mas, infelizmente a escola não tem Educador Especial.

Levando em consideração as colocações feitas pelo pai “B”, nota-se claramente a sua preocupação com o fato da escola não ter, no seu quadro de recursos humanos, um educador qualificado para desenvolver nesta criança suas capacidades próprias dentro de suas possibilidades.

SASSAKI (1997, p. 117) afirma que essa preparação precisa ocorrer em sala de aula, em setores operacionais da escola e na comunidade. Salienta, ainda que é preciso haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, bem como dos profissionais de educação especial.

É importante destacar, também, que o gestor da escola possui um papel primordial para que a mesma saiba receber os alunos incluídos e administra este trabalho, que precisa integrar família, escola, aluno e, conseqüentemente, comunidade. O diálogo claro e aberto entre escola e família propicia segurança para todos os envolvidos na relação pedagógica.

Na escola “C”, o gestor, quando foi questionado a respeito da sua participação na prática inclusiva da escola, declarou que procura oportunizar uma prática reflexiva a todos os que estão comprometidos no processo educativo, de modo que a inclusão aconteça naturalmente e integralmente na escola.

Já, o gestor da escola “A” diz estar “todo tempo atuando junto às famílias, aluno e professor. Mediando as relações”. Estas respostas comprovam que a escola está empenhada no processo de inclusão, procurando encontrar sempre, junto às famílias, alternativas para melhor efetivá-lo, na busca do crescimento de todos os participantes, como confirma o gestor da escola “C”:

Sabemos que temos muito a crescer e aprender. Procuramos a medida do possível, proporcionar um trabalho de formação continuada aos professores, sob a forma de leituras, seminário interno, palestra com profissionais especializados. Também oportunizamos o contato do professor com a família do aluno com necessidades especiais e do profissional que atende esse aluno, contato esse que acompanhamos, e fazemos adequação curricular, dependendo da necessidade apresentada.

A partir dessas colocações, torna-se relevante apontar para o fato de que não se faz um trabalho de inclusão responsável e comprometido se não houver dedicação, tanto dos profissionais, através de uma educação continuada e especializada, quanto da família que deve estar disposta a inserir-s nessa caminhada, procurando não ver a escola como uma válvula de escape.

Nessa conjuntura, MITTLER explica:

Os profissionais precisam aprender a olhar além da criança e enxergar o contexto familiar no qual ela está vivendo. Somente assim é que eles podem começar a explorar as possíveis opções para a natureza e para a extensão de colaboração que será estabelecida e a aprender a negociar com as famílias quais são os tipos de demandas e rotinas que são e que não são realistas no contexto de cada família.

Os gestores da escola municipal responderam sobre sua relação com as famílias dos alunos com necessidades educacionais especiais e com os próprios alunos, que procuram “manter uma relação normal. O que observamos é que algumas famílias têm dificuldade em lidar com essa situação”.

Enquanto o gestor da escola “B” descreve:

O contato dos gestores com a família dos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser permanente, baseado na autenticidade e na afetividade, para que o aluno se sinta seguro para desenvolver sua autonomia no processo de ensino-aprendizagem, em como habilidades cognitivas, através de ações compartilhadas entre escola e família.

O gestor da “C” da escola particular salientou:

Procuramos ter uma relação de dialogo com a família e com o aluno. Em função de nossa formação acadêmica não ter nos oferecido subsídios para trabalharmos com alunos com necessidades especiais, buscamos especialmente, através do contato com a família, elementos para tentar desenvolver um trabalho pedagógico que atenda esse aluno, que é parte integrante da turma. Fazemos contato freqüentemente, buscando orientações e esclarecimentos.

Observa-se aqui que cada escola, da sua maneira, esta empenhada em

Atender às crescentes exigências de uma sociedade que está em processo de renovação, e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, sem discriminação, tiverem acesso à informação, os conhecimentos e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. (MOSQUERA E STOBÁUS, 2004, p. 23).

Dando continuidade a questão da forma como os gestores administram as escolas, perguntou-se aos pais qual seu entendimento a cerca de gestão democrática e como eles relacionam esse tipo de trabalho a inclusão.

A mãe “A” definiu gestão democrática como “um trabalho que visa respeitar a diferença e fundamentar o trabalho em equipe”. Ela diz que a democracia é saber ouvir e respeitar o outro na tomada de decisões. Essa resposta prova que a entrevistada tem conhecimento sobre o assunto em questão e valoriza o trabalho feito em equipe.

Contudo, o pai “B”, não responde a questão, o que possibilita a compreensão de que sua visão a respeito deste assunto ainda não está esclarecida. Este pai aparenta não possuir uma opinião formada sobre gestão democrática.

Referindo-se a isso, a mãe “C” declara:

Há um líder que coordena as ações da instituição que são decididas pelo voto da maioria. Se a maioria estiver atenta as demandas sociais emergentes, obviamente que a inclusão será beneficiada pela gestão democrática.

Aqui, cabe ressaltar que esta mãe possui um conhecimento e um entendimento bem mais aprofundado sobre o processo inclusivo, assim como sobre gestão democrática, uma vez que ela enfoca que o sucesso da inserção da inclusão em determinada instituição escolar começa desde o momento da escolha dos gestores, que devem estar em consonância com o papel da escola desempenhado junto à sociedade, até a efetivação de sua prática.

Cada vez mais se compreende o quanto o gestor transmite segurança para as famílias entrevistadas, já que elas deixam nessas instituições seus bens maiores. Isso se comprova através das palavras da mãe “A”, “a gestora passa segurança”, quando questionada sobre a figura do gestor, com relação ao seu comprometimento com o bem-estar do aluno especial no ambiente escolar. Esta mãe ressalta que seu maior medo relaciona-se ao fato de alguém tratar seu filho com preconceito. Entende-se, então, que há uma confiança dedicada à escola, por parte da mãe, que

mesmo tendo receito de seu filho sofrer preconceito, deixa-o na escola sob responsabilidade da equipe escolar.

O mesmo mostra o pai “B” quando afirma “os diretores dão segurança, apoio, estão sempre por perto, até na hora do recreio”. Embora seu mundo seja de que “os guris maiores abusam da ingenuidade dele”, este pai também deposita confiança na instituição.

Confirmada as respostas anteriormente citadas, a mãe “C” completa dizendo sobre ter ou não medo de deixar seu filho na escola: “eu não tenho nenhuma preocupação, pois meu filho está sempre acompanhado e o gestor, se fosse necessário, certamente daria o devido apoio”. Conclui-se, mais uma vez, que a instituição que acolhe este aluno especial denominado “V”, também transmite segurança e, conseqüentemente, confiança a sua família.

LIBÂNEO (2001, p. 4) declara que:

Para os diretores de escola, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores que, entre tantas dificuldades que afligem a escola pública, sempre recobram o ânimo, se enchem de energia e de esperança, sabendo que o saber organizar e gerir sua escola, com determinação, energia e diálogo, produz um diferencial visível nas condições concretas pelas quais se pode garantir uma sólida formação de cidadãos, de profissionais, de usuários das mídias, de consumidores, de interlocutores sociais, ara uma sociedade que requer cada vez mais sujeitos capazes de lidar com o conhecimento e que precisa ser muito mais includente do que tem sido.

Este autor, então, comprova o que já foi dito anteriormente, pelos pais entrevistados. O papel do gestor e, por conseqüência, de toda equipe escolar, incluindo aqui o educador especial, é de tamanho destaque que se torna possível afirmar que a equipe diretiva da escola é capaz de fazer a diferença através da integração entre os sujeitos envolvidos nesse processo.

Visando conhecer a opinião dos pais acerca do trabalho dos gestores e da proposta de inclusão, prevista no Projeto Político Pedagógico da Escola, ofereceu-se a eles quatro definições para este trabalho: excelente, boas, regulares, ruins. Os pais “A” e “B” optaram por “excelente”, o que permite dizer que, mesmo frente a tantas ansiedades e inquietações, a família acredita no trabalho oferecido pelas escolas e está satisfeita com ele.

Cabe, aqui, esclarecer que a mãe “C” não respondeu a essa questão, argumentando que nunca solicitou o Projeto Político Pedagógico da escola, e, portanto, não o conhece para analisá-lo.

Outro fator relevante, observado no decorrer da pesquisa, está relacionado à definição do profissional da escola que tem mais responsabilidades com a questão da inclusão. Perguntou-se sobre esse item e sugeriram-se três opções: o gestor, o Educador Especial e o Pedagogo.

O pai “B” assinalou a alternativa que indica o pedagogo como o primeiro, em se tratando de responsabilidades, justificando: “porque tem maior contato com ele, e nos demais espaços da escola é o diretor que cuida”. Isso deixa claro que este pai vê o pedagogo como mais importante pelo fato de que é com esse profissional que ele convive com maior frequência. Contudo, vale ressaltar que, durante toda entrevista, o pai dá ênfase à necessidade do Educador Especial na Escola.

A mãe “C” destaca como primordiais o gestor e o pedagogo, no entanto ela ressalta que, na escola de seu filho, não há educador especial. Ela diz:

Além destes considero toda a comunidade escolar. Cada um com a sua parcela de responsabilidade, desde quem faz o serviço geral, até o gestor. A escola toda deve estar envolvida com o processo de inclusão de cada aluno.

Entende-se, com essa declaração, que esta mãe percebe que a escola funciona como uma “engrenagem” onde os diversos setores são fundamentais para o crescimento da escola, no que se refere a inclusão, e para o desenvolvimento de seu filho. É preciso lembrar que esta mãe, embora tenha destacado que não existe educador especial na escola, em momento algum ela valoriza o papel desse profissional.

Mesmo demonstrando não possuir um conhecimento aprofundado sobre o tema inclusão, a mãe “A” faz referência aos três profissionais enfatizando “cada um contribui com seu trabalho nenhum tem mais ou menos importância, apenas funções diferentes”. Observa-se que esta mãe mostra perspectivas de valorização mútua reconhecendo o papel de cada profissional dentro da instituição. Ela destaca diferentemente da opinião anterior, o educador especial como sendo, também importante. Além de abordar sobre os temas anteriormente citados, não resta dúvida de que houve uma certa dificuldade por parte das mães em explicitar, talvez por

receio de enfatizar mais o lado dos recursos materiais do que o comprometimento dos profissionais envolvidos, com relação à idéia de inclusão envolvendo as diferenças entre as escolas municipais, estaduais e particulares. Perguntou-se aos pais sobre esse enfoque e estes responderam de forma distinta. A mãe da escola particular disse que “necessitam primeiramente conhecer a realidade de cada escola, municipal, estadual e particular existente na cidade que faça inclusão”, por este motivo ela não responde a questão. Contudo, entende-se que o fato de esta mãe não conhecer essas três diferentes realidades, não a impossibilita de ter uma visão crítica sobre o assunto.

Já, o pai da escola estadual, apresenta uma concepção abrangente sobre este aspecto, ele diz que não passou por esta experiência, mas acredita que as escolas particulares podem ter mais recursos e, assim disporem de um serviço mais especializado, atendendo, assim, melhor as dificuldades das crianças com necessidades especiais. Aqui, percebe-se que o pai deu ênfase a questão financeira, credenciando que ela pode fazer alguma diferença, pois apresenta a possibilidade de uma instituição particular ter condições de contratar e oferecer o trabalho de um profissional em educação especial.

Em se tratando de políticas educacionais FERREIRA (2001, p. 56) coloca que:

O nosso desejo, reconhecidamente ingênuo, tem como objeto uma escola que, comprometida com os trabalhadores e os excluídos, para além das políticas educacionais, restritivas, pudesse tomar como referência as positivities presentes nas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho para construir um novo projeto pedagógico, o qual, rompendo com a lógica da racionalidade financeira, formassem os cidadãos de novo tipo, intelectual, técnica e eticamente desenvolvidos e politicamente comprometidos com a construção da nova sociedade.

Frente à realidade social, política e econômica vigente, não se pode dizer que as escolas públicas possuem uma infra-estrutura totalmente preparada para receber alunos incluídos, muito menos que os professores recebam o incentivo necessário a fim de buscar uma educação continuada que supra as necessidades inerentes ao contexto. Porém, mesmo que as instituições não sejam possuidoras de todos os pré-requisitos necessários para o atendimento de um aluno especial, percebe-se que há uma dedicação e preocupação com relação a isso, por parte dos educadores e gestores. A mãe da escola municipal relatou sobre isso:

As escolas particulares têm mais recursos, mas nem sempre o trabalho é melhor por isso. Os profissionais da escola pública podem fazer muito sem ter tantos recursos. A diferença está no olhar para a criança.

Nota-se que a colocação da mãe desta escola é de extrema relevância para que os profissionais tenham a oportunidade de questionarem-se a respeito de suas práticas, mudando-as ou aprimorando-as, conforme suas necessidades.

### **Os gestores, inclusão e família: um comprometimento necessário**

O gestor da escola “A”, quando questionado, disse que não acredita que as escolas, por serem de diferentes redes, possam apresentar alterações na forma de trabalhar “o profissional é o mesmo em qualquer lugar, o que pode mudar é que as escolas particulares têm mais recursos”. Concorda com a idéia o pai da escola “B” quando diz que não deve haver diferença na forma do trabalho dos gestores, pois todos devem agir de forma comprometida, buscando alternativas que possibilitem inserir os educandos igualmente.

Sendo assim, todos têm a mesma preocupação, ou seja, buscar a melhor educação possível sem ter aparentemente a preocupação com as diferenças sociais. A gestora “C” afirma:

Não temos muito conhecimento de como o trabalho se desenvolve nas redes municipal e estadual, sabendo que os sistemas oportunizam alguns cursos de formação continuada aos professores. O que podemos dizer é que quando acolhemos na escola um aluno com necessidade especial, procuramos atender esse aluno da melhor forma possível, mesmo com limitações, especialmente quanto à falta de recursos humanos e financeiros.

Todavia, cabe destacar aqui que o educador especial é o profissional especializado e indicado para trabalhar com a criança que possui necessidades especiais, uma vez que ele teve sua formação voltada para isso.

Esta pesquisa preocupou-se também em saber se os pais gostariam de sugerir algo em relação à ação dos gestores da escola do seu filho e, também quanto ao trabalho de inclusão realizado com os alunos com necessidades educacionais especiais. A mãe da escola particular respondeu que não faria qualquer comentário, o que denota sua confiança total no trabalho dos gestores,

entende-se que se ela não tem o que opinar, está de acordo com o trabalho que vem sendo realizado com seu filho.

Enquanto o pai “B” e da mãe “C” entram em consonância em suas opiniões dizendo que estão de acordo com o trabalho que vem sendo desenvolvido e estimulando os educadores quando destacam “continuem melhorando cada vez mais” (mãe “A”), “disponibilizando um atendimento especializado” (pai “B”). Fato que, mais uma vez, comprova a necessidade de um educador especial.

### **Pais e filhos: uma relação por si só especial**

Por último, os pais foram convidados a exporem suas perspectivas para o futuro, relacionados à educação de seus filhos.

O entrevistado “A” comenta que deseja a independência de seu filho, ao mesmo tempo em que quer vê-lo preparado para as coisas simples da vida, o que evidencia uma preocupação básica com o futuro do seu filho, onde o que se espera é que seu filho seja visto pela sociedade, como um cidadão.

Demonstrando perspectivas mais positivas o pai “B” observa:

Com a lei ele (o “m”) vai progredindo por não poder ser reprovado talvez ele consiga um trabalho, ou cursar um curso técnico. Gostaria muito de ver ele empregado, mesmo que o avanço dele seja lento. Ele é carinhoso, capaz de aprender, é sociável.

Este pai demonstra o tempo todo, no decorrer das falas, o amor incondicional que tem pelo filho, ao evidenciar suas qualidades. O entrevistado aqui acredita realmente no desenvolvimento das habilidades e no crescimento intelectual da criança. E, o que é melhor, ele sonha com um futuro promissor.

Por outro lado, a mãe “C” não parece acreditar tanto na evolução de seu filho, a ponto de criar expectativas. Ela declara sobre isso:

O desenvolvimento do meu filho é que vai determinar o seu futuro educacional, minhas perspectivas baseiam-se no seu progresso neuro-psico-motor.

Esta mãe está aguardando a evolução clínica de seu filho. Nota-se que ela está voltada mais ao desenvolvimento neuro-psico-motor da criança, o que para ela é fundamental para que se possa falar em desenvolvimento de forma ampla.

Enfim, foi possível constatar, no desenrolar deste estudo, que a inquietação em torno da prática da inclusão em algumas escolas das redes comuns de ensino é ainda muito candente, o que demonstra a séria busca que vem sendo realizada em termos de fomentar, cada vez mais, o acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola comum.

A educação inclusiva torna-se um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Faz-se necessário à continuidade das mudanças na escola, para que a mesma possa oferecer aos alunos com necessidades especiais a qualidade de ensino ao que têm direito.

## 7 CONCLUSÃO

A realização deste estudo permitiu observar alguns pontos interessantes no que diz respeito à relação entre a ação implementada pela gestão escolar de três diferentes redes de ensino; e à opinião de três famílias dessas instituições diante do trabalho de educação Inclusiva realizado com seus filhos.

Percebeu-se que, independente do grau de instrução, classe social, profissão, ideologia; os pais sempre se preocupam com o futuro de seus filhos e vêem a educação como um meio de crescimento pessoal e profissional.

Embora não tenham acesso ao que prevê o projeto político pedagógico das escolas de seus filhos, ou mesmo sem entender a Inclusão na sua essência enquanto política pública, as famílias confiam a professores-gestores o desenvolvimento de uma educação de qualidade para com seus filhos, que por uma condição natural já enfrentam desde cedo os obstáculos da vida.

Com mais ou menos recursos, em escolas estaduais, municipais ou particulares, o que se pode acrescentar é algo de positivo para estes indivíduos no sentido de facilitar os aspectos cognitivos, sociais e interpessoais, para assim se chegar a uma rotina de maior autonomia, incluindo perspectivas de profissionalização, bem como de melhorar o relacionamento com as famílias.

A Inclusão começa com um olhar diferente do professor. Este olhar será fundamental para o tipo de investimento que será atribuído ao longo do desenvolvimento do trabalho com o aluno especial. Vale lembrar que, quanto mais participativa for a família nas questões escolares, mais segura, importante e capaz a criança se sentirá.

Os gestores devem buscar trazer a família para o âmbito escolar, já que a valorização do trabalho é importante tanto para o aluno quanto para os professores. As propostas e objetivos devem ficar claras e os pais devem entender seus direitos e deveres neste processo de educação Inclusiva, para que os resultados alcançados sejam os melhores possíveis.

Quanto aos gestores participantes desta pesquisa, ficou uma imagem de que a inclusão é um assunto atual e em pauta sempre nas discussões em suas escolas, porém, percebe-se ainda uma dicotomia entre gerir e lecionar, nas figuras do diretor

(administrador), e do professor (pedagogo). Nem tão democrática é a gestão onde apenas alguns participam da tomada de decisões.

Ainda se percebe que os gestores são como a “comissão de frente” das instituições de ensino, recebendo as famílias e mediando as relações: família-aluno-professor. Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram alcançados, pois foi possível ratificar em informações expositivas os dados obtidos, que resultaram da interlocução que se fez sobre os assuntos abordados e a teoria utilizada.

Em suma ficou evidenciado que há uma preocupação por parte das escolas em fazer da melhor maneira o que se propõe em termos de educação inclusiva, assim como há uma preocupação das famílias em relação ao bem estar de seus filhos com necessidades educacionais especiais no espaço da escola.

Para reforçar esta idéia, destaca-se uso as palavras de Cavalcante (2005, p.24) que define de maneira sensata um ponto de vista sobre Inclusão:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com as pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias, para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é integrar com outro.

Lembrando sempre que o que faz a diferença é o material humano. Recursos ajudam, mas não são mais importantes que o resultado da união: família, olhar de credibilidade e uma gestão democrática comprometida.

Partindo da principal indagação que norteou este trabalho que é sobre a concepção da família em relação à ação dos gestores frente a educação inclusiva em uma pequena amostra de três diferentes redes de ensino, ficou evidenciado que ao pais vêem esta figura como um “cartão de visita” da escola e do trabalho ao qual esta se propõe a desempenhar.

O gestor ainda carrega a imagem de “gerente”, “administrador”, “mediador”, responsável não só pela educação inclusiva da instituição, mas também com o funcionamento da escola como um todo.

Porém, numa perspectiva de gestão democrática se pensa no professor como gestor de sua prática e que é o trabalho em equipe que formará diante da família um conceito positivo ou negativo do trabalho que se faz.

Seja o profissional pedagogo, educador especial, orientador educacional, diretor, vice-diretor entre outros, o que importa é o comprometimento com uma educação de qualidade. E a imagem que ficou para os pais em questão foi positiva, explicitada através de elogios aos gestores.

O reflexo do trabalho unido de pais, professores e gestores é o grande responsável pela evolução não só do aluno incluído, mas da educação inclusiva como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, M. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Revista Escola, maio, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, N. S. C. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências e novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

GLAT, R. & DUQUE, M. A. T. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PEREIRA, B. R. & NASCIMENTO, M. L. B. P. (Orgs.). **Inclusão e exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira**. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

STAINBACK S. & STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. São Paulo: Artmed, 1996.

STOBÄUS, C. D. & MOSQUERA, J. J. M. (Orgs.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

TIBA, I. **Quem ama educa**. São Paulo: Gente, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Questionário aos pais**

1. Quais os principais fatores que os levaram a matricular seu filho (a) nesta escola?
2. Com que profissionais do corpo docente você (s) conversou primeiramente, antes de seu filho (a) ingressar na escola?
3. Quais as propostas sobre a ação pedagógica da escola que mais lhe (s) chamaram a atenção?
4. O que você (s) entende por Inclusão?
5. Você (s) foi informado ou teve acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola? Se a sua resposta for sim, o que nele constava sobre a prática inclusiva?
6. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos e negativos da prática inclusiva realizada pela escola?
7. Qual é a necessidade Educacional Especial que seu filho (a) possui?
8. Como você percebe o trabalho que vem sendo realizado com seu filho (a) pela escola?
9. Como você entende a relação dos Gestores da escola com a Inclusão?
10. Para você(s), os Gestores da escola do seu filho (a), conhecem o assunto "Inclusão"? Eles trabalham juntamente com os demais professores e educadores especiais? Ou exercem uma função à parte, mais voltada à administração da instituição?
11. O que você (s) entende por gestão democrática? E como você pensa que este tipo de trabalho está ligado a Inclusão?

**12.** Quais são as suas maiores preocupações ao deixar seu filho (a) na escola? E o que a figura do gestor representa nesse sentido?

**13.** Na sua opinião o trabalho dos gestores e a proposta de Inclusão prevista no Projeto Político Pedagógico da escola, podem ser definidas como:

Excelente                       Boas                       Regulares                       Ruins

**14.** Você (s) gostaria de sugerir algo em relação à ação dos Gestores da escola do seu filho (a)? E quanto ao trabalho de Inclusão realizado com os alunos com necessidades educacionais especiais?

**15.** Para você (s), qual é o profissional da escola que tem maiores responsabilidades com a questão da Inclusão? Por quê?

Gestor                       Educador especial                       Pedagogo

**16.** Para você (s), quais são as principais diferenças entre as escolas municipais, estaduais e particulares no que diz respeito à Inclusão?

**17.** Quais são as suas perspectivas para o futuro relacionadas à educação do seu filho (a)?

**ANEXO B – Questionário aos Gestores**

1. Como você(s) descreve (m) sua relação enquanto gestor (es), com as famílias dos alunos com Necessidades Educacionais especiais? E com os próprios alunos?
  
2. Qual a sua participação na prática Inclusiva da Escola?
  
3. Você acredita que o fato das escolas pertencerem a redes diferentes (Estaduais, Municipais e Particulares), pode diferenciar também a forma de trabalho dos Gestores com a questão da inclusão? Por quê?

**ANEXO C – Consentimento Informado**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu \_\_\_\_\_ responsável por  
\_\_\_\_\_ AUTORIZO E ESTOU  
INFORMADO QUE a acadêmica do curso de Especialização em Gestão  
Educativa da UFSM Pâmela Carolina Martins pesquisadora, orientada da Prof<sup>a</sup>  
Dra. Fabiane Adela Tonetto Costas lotada no Dept<sup>o</sup> de Fundamentos da Educação  
do Centro de Educação da UFSM, SIAPE 7382524, realizará coleta e análise de  
dados para a Monografia intitulada “**GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA: O OLHAR DA FAMÍLIA**” Suas ações abrangerão: observações na(s)  
turma(s), gravações, filmagens e entrevistas junto a (o) meu/minha filho (a) e  
gravações, filmagens e entrevistas junto aos professores, gestores e familiares  
deste.

Para informar toda e qualquer ocorrência registrada no decorrer da  
permanência das acadêmicas junto a seu/sua filho (a) no interior da escola contatar  
com a Prof<sup>a</sup> Fabiane pelos telefones (55) 3226-4389 e (55) 91494026 e pelo e-mail  
facostas@terra.com.br.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Santa Maria, agosto de 2007.